



O PAPEL DO SUPERVISOR PERANTE AOS PROFESSORES E A PROGRESSÃO CONTINUADA

Aisi Anne F. SILVEIRA¹; Viviane FERREIRA²; Josimara Ferreira FARIA³; Gabriely FERREIRA⁴; Vera Lucia Z. FERREIRA⁵; Sindynara FERREIRA⁶

RESUMO

Este trabalho visa demonstrar a importância da atuação do Supervisor Escolar face às múltiplas dificuldades dos professores em compreender e atuar cumprindo a Lei 9394/96 no que diz respeito à progressão continuada. Para tornar a aprendizagem eficaz e de qualidade é de extrema relevância o papel que este profissional da educação exerce no auxílio ao docente em sua tarefa difícil de promover a aprendizagem abrangendo as salas heterogêneas e com número de alunos elevados da rede estadual de ensino.

INTRODUÇÃO

Este artigo colabora para uma reflexão sobre qual papel deve exercer o supervisor escolar mediante o trabalho do professor e a Progressão Continuada. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional 9394 de 1996 (MEC, 1996) a educação é direito de todos e esta deve ser eficaz nos anos iniciais. Mas infelizmente o que ocorreu por muitos anos foi a promoção automática, já que a legislação foi imposta sem a capacitação profissional dos professores atuantes em nossas escolas. É papel da escola, preparar e orientar seus profissionais para

¹ Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: aisisilveira@yahoo.com.br

² Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: vivi_alicio@hotmail.com

³ Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: josimara77@hotmail.com

⁴ Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: bilelyferreira@hotmail.com

⁵ Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: vera.lzf@hotmail.com

⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG. E-mail: sindynara.ferreira@ifsuldeminas.edu.br

acompanhar da maneira mais ajustada possível estas transformações nas leis educacionais, lembrando que, o bem-estar dos alunos deve ser priorizado.

Esta reflexão parte da premissa de que uma das tarefas do supervisor é orientar o educador na sua difícil incumbência de mediar a aprendizagem de seu aluno de forma a enfrentar situações educacionais e não educacionais, como também em sua vivência, ajudando-o na sua formação integral, para que sua participação na sociedade seja ativa, justa e humanizada.

A alfabetização no sentido amplo da palavra não se faz somente por meio dos educadores, todos os envolvidos com a escola têm a sua parcela de participação neste processo de ensino-aprendizagem, e o auxílio do supervisor é essencial. Para chegar a uma conclusão sobre este ponto de vista, alguns autores foram consultados, selecionados e destacados os seus pareceres sobre a temática para nos ajudar a entender a importância e a relevância do supervisor.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a atuação do supervisor perante aos professores e a progressão continuada, elucidando sua importância na Educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A supervisão escolar tornou-se uma profissão com o pressuposto de auxiliar a prática do docente, acompanhando suas ações educativas dentro e fora da sala de aula, acompanhando o histórico familiar dos alunos e suas condições de aprendizagem.

De acordo com Aguiar (1996) ao se vislumbrar o histórico da supervisão, constou que esta “era exercida desde a sociedade primitiva quando as pessoas tentavam sobreviver e se apropriavam em conjunto dos recursos oferecidos pela natureza, buscando realizar as suas necessidades vitais”. Assim, era a sua forma de educação, e, inclusive, a sua maneira de educar os filhos, uns auxiliando os outros, pois juntos conseguimos alcançar os objetivos com mais facilidade.

Com o passar dos tempos tornou-se necessário uma maior qualificação e formação específica para atuar como um servidor. “Ela foi organizada com o status de profissão, a partir de requisitos teóricos que são vistos como uma tarefa que na divisão técnica e social do trabalho requer agentes especializados” (SAVIANI, 2014). Ele não é apenas um profissional que cumpre horários e burocracias, mas sim um orientador das ações do corpo docente da escola.

A supervisão segundo Fouquié (1971) é uma “ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento”. Com isso o supervisor deve exercer o seu cargo a favor de uma educação igualitária e de qualidade e, principalmente, promover o importante auxílio para que os professores se sintam acolhidos e orientados no ambiente de trabalho, e assim saibam que não estão sozinhos na tarefa de educar, ainda mais nos dias de hoje onde os alunos são oriundos de uma sociedade tão diversificada e com perda de valores.

Saviani (2014) relatou que, “com a divisão dos homens em classes sociais, a educação também se divide e passa a ter outro perfil. O papel da supervisão toma nova forma e torna-se mais abrangente para esta sociedade”. A escola que “tinha uma simples estrutura, limitada à relação do mestre com seus discípulos”, permitia que a “função de supervisionar fosse exercida através do controle, da fiscalização, do castigo e das punições. Estas práticas abusivas eram praticadas pelos próprios mestres exacerbando o seu poder”. O supervisor tem o dever de orientar os professores e auxiliá-los, promovendo um convívio sadio entre a escola, os professores, os alunos e seus familiares, pois ele é o profissional orientador do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores em uma escola.

Nossos professores são preparados nos cursos de graduação para uma realidade que não condiz com a brasileira, e quando chegam as salas de aula ficam frustrados e sem saber por onde começar o trabalho. É preciso que haja uma preparação, capacitação, reciclagem ou treinamento de todos os educadores em relação a progressão continuada, sendo assim o Ministério da Educação em parceria com as escolas de todo o país devem promover cursos de orientação e capacitação dos professores e demais profissionais da educação, para que estes se sintam mais seguros e saibam como cumprir suas obrigações com responsabilidade e eficiência, pois devemos lembrar que estamos trabalhando com vidas inocentes, ainda em processo de formação do caráter, dos valores, dos ideais.

É preciso estender as fronteiras da parceria entre professor e supervisor para atender a esta clientela tão diversificada que chega às nossas escolas necessitando, acima de tudo, de acolhimento e aceitação. E cabe a todo o conjunto educacional delimitar as funções do supervisor nesta realidade de ensino, para que este profissional, possa dar alicerces aos professores, para que exerçam da melhor

maneira a sua função de educador e isso constitui-se um fator-chave na aprendizagem dos nossos alunos.

De acordo com a LDBN 9394/96 (MEC, 1996), em seu artigo 22, a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O supervisor pode proporcionar maior segurança e apoio ao professor, orientando-o na escolha de ferramentas, atitudes e metodologias, para alcançar a aprendizagem efetiva dos alunos, pois somos todos diferentes, cada aluno aprende no seu tempo e do seu jeito e estão todos inseridos em uma escola que apresenta salas de aula com excessivo número de alunos, cheia de diversidades e diferenças e cabe ao professor, com orientação do supervisor, ajudar esses alunos a se transformarem em adultos capazes de viver em sociedade.

Ainda nesta lei, no artigo 24, inciso V, a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; e e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Por isso torna-se tão importante o supervisor, pois ele estando fora da sala de aula, terá um olhar diferenciado, podendo orientar com mais clareza o tipo de trabalho que o professor deverá realizar para sanar as dificuldades dos alunos durante o ano letivo, promovendo uma inclusão social verdadeira, aceitando e respeitando as diferenças e uma aprendizagem de qualidade.

De acordo com MEC (2006) o supervisor comprometido com sua prática estará sempre a serviço de uma boa educação não medindo esforços para alcançar estes objetivos. Para tanto, existem algumas orientações que são imprescindíveis e que o supervisor poderá transmitir aos professores no auxílio de uma prática mais igualitária, humana e formadora do indivíduo na sua integralidade. Lembrando a necessidade de ter apoio, capacitação e qualificação contínua dos professores e demais profissionais envolvidos com a educação.

Toda a comunidade escolar deveria ser responsabilizada pelo sucesso ou fracasso do aluno e não somente o professor, o supervisor ou apenas o aluno.

Sabe-se que não há uma receita pronta e acertada sobre como auxiliar o professor de forma eficiente e ao mesmo tempo prática, para resolver todos os seus problemas dentro da sala de aula. Mas, há sugestões de práticas bem sucedidas ou metodologias adequadas que podem contribuir para o aprimoramento da aprendizagem de alunos com dificuldades de aprendizagem. Estas orientações são bem-vindas quando oriundas de um profissional de educação empenhado em sua atuação e preocupado com o crescimento e rendimento deste educando.

De acordo com MEC (2006) alguns apontamentos são necessários para atuação eficiente do supervisor junto ao educador, na busca de uma promoção educacional formadora para os estudantes:

O supervisor pode dar apoio ao aproveitamento de experiências comuns, criação de centros de documentação e criar acesso às fontes; serviços educacionais especializados devem ser integrados aos programas de pesquisa e desenvolvimento de instituições de pesquisa e de centros de elaboração de programas de estudos; estratégias pedagógicas inovadoras; promoção de reflexões sobre temas correlacionados com educação; estudos orientados à tomadas de decisão e ações futuras (MEC, 2006).

Este serviço de apoio do supervisor aos professores pode basear-se em conhecimentos e habilidades adquiridas com respeito à boa prática de ensino, incluindo a avaliação de necessidades especiais, adaptação dos conteúdos curriculares, utilização de tecnologias de assistência, individualização de procedimentos de ensino para atender a um maior número de aptidões, entre outros (MEC, 2006).

As reuniões pedagógicas obrigatórias e que são de responsabilidades dos supervisores escolares, devem propiciar trocas de experiências entre educadores, através de seminários, grupos de estudos, manuais; tendo o objetivo de capacitar a todos para assumirem com dinamismo e excelência a sua profissão. A formação do professor deve ser contínua para que este exercite a sua autonomia e aplique suas capacidades na adaptação do currículo para atender as diversidades dos alunos e colaborar com a aprendizagem dos mesmos. A provisão deste tipo de apoio é de fundamental importância para o sucesso do cumprimento de políticas educacionais e aprendizagem eficaz dos alunos.

CONCLUSÕES

É possível perceber a importância do apoio que o supervisor escolar pode dispor ao corpo docente no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem dos

alunos. Com diálogo e sabendo que não está sozinho, o professor tornará mais confiante em desenvolver o seu papel de agente mediador na formação integral do educando.

Com este estudo foi possível entender a relevância da atuação do supervisor escolar junto ao professor, como seu aliado e em quem se pode confiar. Esta sensação de “não estar só” é estimulante para o educador, principalmente sabendo que a educação não se faz sozinha e que todos devem colaborar para o sucesso do aluno.

Sabemos que o dia a dia do professor é estressante e muitas vezes falta tempo para poder realizar todas as atividades que gostariam, mas sabendo aproveitar o tempo das horas extras, sem aluno, exigido por lei e cumprido pelos professores dentro das escolas, os planejamentos seriam mais reais e as atividades mais direcionadas. Os alunos com dificuldades teriam mais apoio e suas limitações seriam superadas em menos tempo e com maior eficácia.

É preciso lembrar que esses cursos de aperfeiçoamentos, orientações e capacitações devem ser baseados em trocas de experiências e em situações reais das salas de aula das escolas brasileiras da rede pública, pois de teoria e exemplos de escolas particulares, os professores já estão com uma grande bagagem de conhecimentos. É preciso por em prática e receber orientação de como adequar as práticas pedagógicas à nossa realidade dentro das salas de aula. E com a ajuda do supervisor, caminhando lado a lado com os professores isso se tornará mais prazeroso e leve.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. M. de. **Manual do Inspetor Escolar**. São Paulo: Lâncer, 1996.
- FOULQUIÉ, P. **Dicionário de Língua Pedagógica**. Lisboa, Portugal: Livros Horizontes, 1971.
- MEC – Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN - 9394**. 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2015.
- MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Saberes e práticas de inclusão. Recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília. 2006.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2014.